



UMA ANÁLISE DA POLÍTICA SOCIAL BRASILEIRA NO PERÍODO DITATORIAL

Barbara Karoline de Holanda Azevedo Silva¹

RESUMO

O Presente trabalho tem por objetivo abordar a temática da política social no período ditatorial. Inicialmente foi feita uma contextualização do período autocrático burguês, com ênfase nas ações realizadas no âmbito social, em seguida tratou-se especificamente da política social nesse momento e por fim as considerações finais. Conclui-se que assim como em muitos contextos históricos, as políticas sociais servem de instrumentos para controlar a população e docilizar as massas.

Palavras Chave: Ditadura, Política Social, Controle.

ABSTRACT

The following study aims to deal with social politics issues in the dictatorial period. Originally was a contextualization of autocratic Burgues period, with emphasis on actions taken under social, then was treated specifically social politics at that time and finally the final considerations. It was concluded that in many contexts as well as historical, social politics are instruments to control the population and manage the people.

Keywords: dictatorship, social politics and control.

1 INTRODUÇÃO

A partir do Golpe Militar de 1964 medidas que visavam desarticular as pressões sociais das classes populares e restabelecer a ordem social no país foram articuladas. Para tanto, além da destituição do presidente eleito, uma série de

¹ Graduanda da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-Mail: barbarakaroline@hotmail.com

medidas legais foram tomadas, uma vez que o governo utilizava-se de decretos, ou atos institucionais para iniciar uma série de reformas na economia e sociedade.

Nesse período, objetivava-se tanto o fortalecimento da economia nacional, quanto à flexibilização das relações trabalhistas. A fim de viabilizar essas mudanças, Atos Institucionais e uma nova constituição são impostos com o objetivo de diminuir a atuação política civil, e concentrar as decisões nas mãos do governo militar. Destaca-se nesse período, a extinção da pluralidade partidária e a criação do MDB e de ARENA.

Durante esse período, a oposição se rearticula frente à diminuição da participação política, e por demandas sociais amplas. Greves são organizadas, e tem início a luta armada promovida pelas guerrilhas. Em contrapartida, o governo federal decreta o AI-5, intensificando a repressão à oposição e instaurando um regime de terror.

Durante esse mesmo regime político, no Brasil vive-se o conhecido “milagre econômico”, caracterizado por um excepcional crescimento econômico à custa de considerável endividamento externo.

A partir dos governos Geisel e Figueiredo, a população demonstra descontentamento e o Governo perde apoio de muitos setores da sociedade. Sem essas bases de apoio, o governo começa a ceder às pressões da sociedade.

É inevitável nos remetermos ao tema política social sem que se faça uma relação com o desenvolvimento econômico, bem como, com o contexto histórico em questão.

Quando nos remetemos à política social nesse período, esbarra-se em dois pontos de discussões. De um lado, acredita-se que esse período teria colaborado para um processo de concentração de renda, por outro lado, acredita-se que nunca tantas tentativas na área social foram tomadas.

As ações no âmbito social no período ditatorial passam a ser estimuladas a partir do II PND, representando um grande avanço dentro da ótica de uma política social conduzida pelo estado, sendo assim, essas políticas, a partir de 1964 caracterizaram-se por uma série de decisões setoriais, com o objetivo de docilizar as massas, no momento em que a população se organiza em movimentos sociais como resposta da população a ação do Estado.

Pode-se dividir a política social no período ditatorial em três fases. A primeira encontra-se entre os anos de 1964-1968, a segunda fase que está entre os anos de 1968 e 1973 e a última fase que se dá de 1975 até o final do período ditatorial.

O que fica mais explícito é que no regime ditatorial, a política social serviu apenas como instrumento de controle das massas, podendo ser comparada com a política romana do “Pão e Circo”. O verdadeiro objetivo era o crescimento econômico.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1. Uma Análise da Política Social brasileira no período ditatorial

No contexto da guerra fria, ocorreu uma reelaboração da doutrina militar e na sociedade civil no Brasil como um todo. Com o advento da revolução cubana em 1959, a “ameaça comunista” aproximava-se também da América Latina, propiciando um adensamento da discussão em torno da segurança nacional.

Em meio à situação de instabilidade econômica, com elevados índices de inflação, aumenta o número de pressões sociais das classes populares, resultando em uma série de greves urbanas, e uma crescente sindicalização rural, o que levou a uma série de protestos em torno de uma reforma agrária, ambos permeados por ideais socialistas tornam o clima ainda mais pesado.

O regime que se inicia a partir de março de 1964 adotou medidas que visavam desarticular essas pressões e restabelecer a ordem social no país. Para tanto, além da deposição do presidente eleito, uma série de medidas legais foram tomadas, uma vez que o governo utilizava-se de decretos, ou atos institucionais para iniciar uma série de reformas na economia e sociedade.

No governo Castelo Branco, a criação do PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo), objetivava tanto o fortalecimento da economia nacional, quanto à flexibilização das relações trabalhistas. Nesse sentido, destaca-se a troca da estabilidade do vínculo empregatício superior a dez anos, pelo recém criado FGTS, efetivado em 1966, havendo também um aumento na arrecadação de

impostos. Em 1964, o Congresso aprova o Estatuto da Terra, visado regulamentar a posse fundiária e desarticular o papel das Ligas Camponesas. Para viabilizar essas mudanças, uma série Atos Institucionais e uma nova constituição são decretados a fim de diminuir a atuação política civil, e concentrar as decisões nas mãos do governo militar. Destaca-se nesse período, a extinção da pluralidade partidária e a criação do MDB e de ARENA.

No governo Costa e Silva, a oposição se rearticula frente à diminuição da participação política, e por demandas sociais amplas como a maior liberdade feminina, e maiores garantias trabalhistas. Greves são organizadas, e tem início a luta armada fomentada pelas guerrilhas. Em contrapartida, o governo federal decreta o AI-5, intensificando a repressão à oposição e instaurando um regime de terror.

O governo Médice é marcado por certo abrandamento das tensões sociais, motivado pelo rápido crescimento através do “milagre econômico”, do crescimento do PIB, à custa de vultoso endividamento externo, e do capital estrangeiro, representado por montadoras de automóveis, bem como pela veiculação da propaganda estatal apoiada não só pelo aspecto econômico, mas também pela idéia nacionalista inspirada no futebol, com a conquista da copa de 1970. Propaganda essa, articulada pela já existente AERP (Assessoria Especial de Relações Públicas) é transmitida pelo rádio e televisão.

Os governos Geisel e Figueiredo são marcados pelo profundo descontentamento popular e perda do apoio por parte de amplos setores da sociedade como a Igreja Católica, e grande parcela da classe média, frente à intensificação da violência governamental, restrição das liberdades individuais e não sustentação do crescimento econômico. Sem essas bases de apoio, o governo começa a ceder às pressões da sociedade, uma vez que nesse período ocorre uma série de mobilizações sociais de diversos grupos a fim de direcionar a política nacional para a redemocratização, reabertura política e retomada dos direitos individuais.

É inevitável nos remetermos ao tema política social sem que se faça uma relação com o desenvolvimento econômico, bem como, com o contexto histórico em questão. Política social é uma forma de intervenção necessária dentro do capitalismo e se expressa como forma de regulação; é o resultado da intervenção

estatal e da ação da sociedade civil organizada, já que, ao contrário do que muitos pensam, política social também é feita a partir da participação popular (KAMUJAMA, 1986). Quando tratamos da política social no período ditatorial tem-se dois pontos de discussões.

De um lado, acredita-se que esse período teria colaborado para um processo de concentração de renda, evidenciado nas inúmeras discussões a esse respeito, principalmente no momento em que constatou-se maiores taxas de crescimento, que relaciona-se com as ações de intensa internacionalização da economia brasileira, esse processo implicou o extraordinário crescimento do bolo, mas sem nenhuma perspectiva de divisão posterior. (Behring e Boschetti, 2008). Por outro lado, segundo DEMO (1981), nunca tantas tentativas na área social foram tomadas, sobretudo no governo Geisel e nas formulações do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 1975-1979), porém, uma pergunta não pode deixar de ser feita, se o país cresceu econômica, administrativa, tecnologicamente, o que foi que aconteceu com o social?

A política social no período ditatorial passa a ser estimulada a partir do II PND, representando um grande avanço dentro da ótica de uma política social conduzida pelo estado. (DEMO, 1981). No Brasil as primeiras ações de política social pública iniciam-se por volta da década de 1930. Com o intuito de se equiparar ao nível de crescimento econômico, depositando maior atenção às populações e regiões mais pobres e insiste em uma maior e urgente redistribuição de renda. Infelizmente essa meta não se cumpriu, pelo fato de algumas crises do período, como a da energia e a da inflação não terem permitido, bem como pelo fato de o tempo para implementação desse tipo de política ter sido ínfimo, contudo, a meta econômica continua como predominante e as ações na área social não passaram do paternalismo estatal. (DEMO, 1981).

A política social no período ditatorial é para Faleiros uma tentativa de adesão e legitimidade, já que em um contexto de perda das liberdades democráticas, de censura, prisão e tortura, elas tornam-se essenciais. Sendo assim, as políticas sociais a partir de 1964 caracterizaram-se por uma série de decisões setoriais, com o objetivo de conter as massas, no momento em que surge no cenário nacional movimentos sociais como resposta da população a ação do Estado.

2.2. Três fases da política social no período ditatorial

Trato do tema política social no período autocrático burguês dividida em três fases. A primeira fase é encontrada entre os anos de 1964-1968, é entendida como a intenção de ascensão do nível de bem estar da população, que seria consequência do desenvolvimento econômico e “o conjunto de medidas destinadas a criar condições favoráveis ou eliminar obstáculos ao desenvolvimento” (DEMO, 1981), dando ênfase a educação, habitação, saúde, salários, previdência social e participação social, através de medidas, como a criação do Sistema Financeiro de Habitação, substituição da estabilidade do trabalho pelo FGTS, modificação da política salarial, ampliação das oportunidades de educação e treinamento. (DEMO, 1981).

A segunda fase que está entre os anos de 1968 e 1973 traz como estratégia implícita de desenvolvimento social a prática de ações imediatas de política social para iniciar a correção de distorções de distribuição de renda, atuar diretamente em locais de pobreza focalizada e estender alguns serviços sociais a maioria da população com ênfase nas políticas de educação, saúde, previdência social, distribuição de renda e participação social através de medidas como a criação do MOBREAL, do CEME, do PRORURAL, do PROTERRA, do PIS/PASEP, entre outros.

A última fase que se dá de 1975 até o final do período ditatorial, tem como estratégia o entendimento do desenvolvimento social como algo paralelo ao desenvolvimento econômico e a curto prazo, grupos de baixa renda devem ser beneficiados por medidas de política social e programas específicos. A partir de medidas adotadas nos setores social ou nos setores econômicos. Direcionava a sua ação para as áreas empregos, educação, saúde, nutrição, previdência, distribuição de renda, a partir de medidas como a criação do CDS, do FAS – Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, modificação na política salarial e habitacional em favor dos mais pobres, Programa Nacional ou Alimentação e Nutrição (PRONAN), Programa de Interiorização das ações, saúde e saneamento (PIASS), Programa de organização dos subempregados autônomos e de aumento da produtividade e da renda dos trabalhadores em microempresas, criação dos Centros Sociais Urbanos

(CSU), criação do 14º salário para inscritos no PIS/PASEP há mais de 5 anos e ganhando até 5 salários mínimos e o programa de saúde materna e infantil.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvida esse período foi de violação da democracia brasileira. As pessoas foram privadas dos seus direitos civis e políticos. Não pode-se deixar de levar em consideração os avanços, mas, em contrapartida, é preciso analisar os pontos desfavoráveis que dão sustento ao conservadorismo no aspecto da política social. O que fica mais explícito é que no regime ditatorial, a política social serviu apenas como instrumento de controle das massas, podendo ser comparada com a política romana do “Pão e Circo”. O verdadeiro objetivo era o crescimento econômico; não é a toa que um dos slogans dos militares era “desenvolvimento a qualquer custo”, porém o que estava nas entre linhas do slogan era apenas um tipo de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FAUSTO, Boris. **O governo de João Goulart**. In: São Paulo: EDUSP, 2007.

KAMUJAMA, Nobuko. **Debates Sociais Nº 43** - ano XXII - 2º Sem. 1986.

DEMO, Pedro. **Política Social nas décadas de 60 e 70**. Fortaleza, edições UFC, 1981.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. 2.ed.. Rio de Janeiro: Campus, 1987.